



Revista Brasileira de Enfermagem

ISSN: 0034-7167

reben@abennacional.org.br

Associação Brasileira de Enfermagem
Brasil

Souza Azevedo, Rosemeiry Capriata de; Souza Ramos, Flavia Regina
Arqueologia e genealogia como opções metodológicas de pesquisa na enfermagem
Revista Brasileira de Enfermagem, vol. 56, núm. 3, mayo-junio, 2003, pp. 288-291
Associação Brasileira de Enfermagem
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267019642014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ARQUEOLOGIA E GENEALOGIA COMO OPÇÕES METODOLÓGICAS DE PESQUISA NA ENFERMAGEM

Rosemeiry Capriata de Souza Azevedo*
Flavia Regina Souza Ramos**

Resumo

Este artigo parte da contextualização histórica sobre o desenvolvimento da pesquisa em enfermagem, apresenta as categorias/linhas de interesse que subjazem o conhecimento humano aplicado nas Teses de Doutorado em Enfermagem no Brasil, aponta os métodos arqueológico e genealógico proposto por Michel Foucault e sua possibilidade de problematizar o cotidiano da enfermagem seja no âmbito Institucional, das Políticas Públicas, Reforma Sanitária e Formação Profissional, na tentativa de entender que estratégias, lutas, saberes e práticas têm influenciado a construção dos sujeitos.

Descritores: pesquisa em enfermagem; arqueologia; genealogia

Abstract

This article is based on the historical contextualization about the development of research in nursing, presents the categories/lines of interest that support the human knowledge applied in the Doctorate Thesis in Nursing in Brazil, points out the archeological and genealogical methods proposed by Michel Foucault, and their possibility to make more difficult the day-to-day tasks of the nursing profession whether in Institutions, Public Policies, Health Reform, and Vocational Training, in the attempt to understand which strategies, challenges, knowledge base, and practices have influenced the building of the subjects.

Descriptors: nursing research; archeology; genealogy

Title: Archeology and genealogy as methodological options for nursing research

Resumen

El artículo parte de la contextualización histórica sobre el desarrollo de la investigación en enfermería; presenta las categorías/linhas de interés que subyacen en el conocimiento humano que está aplicado en las Tesis de Doctorado en Enfermería en Brasil; apunta los métodos arqueológico y genealógico que ha propuesto Michel Foucault y su posibilidad de problematizar lo cotidiano de la enfermería, sea en ámbito institucional, sea el de las Políticas Públicas, Reforma Sanitaria y Formación Profesional, con el intento de comprender qué estrategias, luchas, saberes y prácticas han influido en la construcción de los sujetos.

Descriptores: investigación en enfermería; arqueología; genealogía

Título: Arqueología y genealogía como opciones metodológicas de investigación en enfermería

1 Introdução

A pesquisa tem sido apresentada como uma conquista recente da enfermagem face ao seu processo de evolução e afirmação como área de conhecimento. No cotidiano de trabalho tem se dado a implantação de novos procedimentos teóricos e técnicos, sejam eles registrados ou não, que desvelam a sua arte, os seus saberes e as suas controvérsias, uma vez que a enfermagem, enquanto disciplina profissional, vem incorporando ao seu corpo de conhecimento padrões que extrapolam o empírico, incluindo os padrões estéticos, éticos, pessoais e sócios políticos⁽¹⁾.

Sem o aprofundamento e/ ou revolução teórica a enfermagem corre dois riscos: o da rotina, em que as soluções são sempre baseadas nos mesmos modelos e o da dependência e subordinação a modelos teóricos vindos de outras áreas⁽²⁾. Desta forma, as teorias e os conhecimentos gerados a partir destas são fundamentais para o estabelecimento de uma base científica que auxilie o planejamento e a efetivação com qualidade da assistência de enfermagem.

A crescente produção científica da enfermagem nos níveis de graduação e pós-graduação *latu e stricto sensu* refletem a preocupação da enfermagem em buscar novos paradigmas que apontem soluções para os problemas da prática assistencial em particular, as formas de cuidar e de se relacionar com o cliente, por meio da implantação de modelos assistenciais fundamentados em valores filosóficos, morais e éticos.

Nesse contexto de múltiplas possibilidades de abordagens metodológicas para a análise dos problemas de saúde e de enfermagem, Foucault⁽³⁾ nos convida a olhar para o que se desenrola ao nosso redor, na tentativa de descobrir quais são os problemas específicos e talvez originais que vêm construindo e sustentando o nosso cotidiano e, quem sabe, a

nossa própria existência. Pelos métodos arqueológico e genealógico é possível buscar um novo olhar sobre a história, não só descrevendo um determinado período histórico, mas se aproximando da realidade pela análise e desconstrução do discurso e pela busca de descontinuidades no percurso histórico.

2 Método Arqueológico

O método arqueológico foi descrito por Foucault em 1969, no livro *Arqueologia do Saber*. O método teve como ponto de partida a história das idéias, a qual é atribuída à tarefa de penetrar nas disciplinas existentes, tratá-las e reinterpretá-las - é a disciplina dos começos e dos fins, da descrição das continuidades obscuras e dos retornos, da reconstituição dos desenvolvimentos na forma linear da história.

A descrição arqueológica, por sua vez, abandona os postulados e procedimentos da história das idéias na tentativa de fazer uma história inteiramente diferente daquilo que os homens disseram. Procura estabelecer a constituição dos saberes privilegiando as interrelações discursivas e sua articulação com as instituições, na tentativa de responder a **como** os saberes apareciam e se transformavam.

Nesta mesma obra são apresentadas quatro diferenças básicas entre a análise arqueológica e a história das idéias, com o propósito de demarcar as transformações⁽³⁾:

- A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem regras. Não trata o discurso como **documento**; dirige-se ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de **monumento**.
- A arqueologia não procura encontrar a transição contínua e insensível que liga os discursos ao que os precede, envolve ou segue. Preocupa-se em definir os discursos em sua

* Enfermeira. Mestre em Assistência de Enfermagem. Docente do Departamento de Enfermagem Fundamental e Aplicada da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem – PEN/UFSC – 2001.

** Enfermeira. Doutora em Filosofia de Enfermagem. Professora do Departamento de Enfermagem e da Pós-Graduação em Enfermagem da UFSC.

especificidade; mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irreduzível a qualquer outro. Não vai a progressão lenta, do campo de opinião à singularidade do sistema ou à estabilidade definitiva da ciência; não é uma doxologia, mas uma análise diferencial das modalidades do discurso.

- A arqueologia não é ordenada pela figura soberana da obra, não busca compreender o momento em que esta se destacou no horizonte anônimo. Não quer reencontrar o ponto enigmático em que o individual e o social se invertem um no outro. Ela define tipos e regras de práticas discursivas que atravessam obras individuais, às vezes as comandam inteiramente e as dominam sem que nada lhes escape.
- A arqueologia não procura reconstituir o que pode ser pensado, desejado, visado, experimentado, almejado pelos homens no próprio instante em que proferiram o discurso. Não se propõe a identificar onde o autor e a obra trocam suas identidades, ou seja, não tenta repetir o que foi dito, reencontrando-o em sua própria identidade, não é o retorno ao próprio segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto.

A arqueologia pode ser definida como uma reescrita daquilo que já foi escrito, é a descrição sistemática de um discurso-objeto. O arqueólogo não reivindica a constituição do fenômeno que ele está estudando através de sua atividade significativamente interessada. Ele tem, antes, que compartilhar do contexto cotidiano do discurso por ele estudado a fim de participar de sua disciplina. Deve estar ao mesmo tempo dentro e fora dos discursos que ele analisa, compartilhando da falta de significado enquanto em suspenso, esta é a condição inelutável do arqueólogo⁽⁴⁾.

As práticas discursivas, analisadas pela arqueologia, são motivadas pela convicção do locutor de que enunciam verdades sérias sobre o homem e a sociedade, ajudando a explicar os pensamentos implícitos daqueles que possuem tais verdades. A análise, contudo, substitui esta convicção ingênua por um conjunto de regras escritas sem significado com sua condição de ocorrência. Sendo assim, o discurso arqueológico abandona a busca de uma origem, não há origem escondida na história ou fora dela, de modo que a tentativa hermenêutica de encontrar um fundamento anterior, por trás ou além da história, enquanto se situa na história, pode ser rejeitada como mais um imperativo humanístico inacabável. Entretanto, o arqueólogo aspira contribuir para uma teoria geral. Sua tarefa é descrever, em termos teóricos, as regras que regem as práticas discursivas, colocando a verdade e a seriedade entre parênteses. Dessa forma, ele opera num nível que é livre das influências das teorias e das práticas que estuda⁽⁴⁾.

3 Método Genealógico

O método genealógico pode ser entendido como a análise do porquê dos saberes, que pretende explicar sua existência e suas transformações situando-o como peça de relações de poder ou incluindo-o em um dispositivo político⁽⁵⁾.

A genealogia se opõe ao método histórico tradicional; seu objetivo é assinalar a singularidade dos acontecimentos, fora de toda finalidade monótona. A história genealógica trabalha com a descontinuidade, desfaz os pontos fixos, quebra as identidades e introduz o corpo na História. Ela é meticulosa e exige, portanto, a minúcia do saber, evitando a todo custo o que está acima da história, suas significações ideais. Exige paciência, pois “atrás das coisas há algo inteiramente diferente: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas”^(6:18).

Foucault simplesmente não fez apologia à descontinuidade, mas se propôs a discutir a seguinte questão:

que não correspondem à imagem tranqüila e contínua como normalmente se faz? Ele não se preocupou com o tempo ou a amplitude dessas transformações, mas sim com a modificação nas regras de formação dos enunciados que são aceitos como cientificamente verdadeiros. Em suma se preocupou com o problema de política do enunciado científico.

Nesse sentido, não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global⁽⁴⁾.

A concepção de poder dita tradicional é representada pela figura do rei – poder que emana de uma fonte que o detém, uma autoridade ou instituição que não apenas o possui, mas determina sua natureza, seus limites e seu modo de funcionamento. Essa forma de pensar o exercício do poder nos conduz a coisas que são possuídas por uns e despossuídas por outros, ou seja, uma relação assimétrica entre o rei e seus súditos.

O poder régio, que exemplifica o poder centralizado, possuía duas funções: 1) mostrar em que armadura jurídica o poder real se investia, como o monarca era efetivamente o corpo vivo da soberania, como seu poder, mesmo absoluto, era adequado a um direito fundamental 2) uma cartilha de conduta do rei que limitava o poder do soberano por meio das regras de direito a que deveria submeter-se, apontava-lhe limites e formas de exercer seu poder para conservar sua legitimidade. Esse sistema de direito faz com que apareça, no lugar da soberania e da obediência de seus súditos, o problema da dominação e sujeição dos indivíduos (função de punição, repressão, aspecto negativo do poder).

Foucault, entretanto, propõe uma nova forma de olhar o poder, ele insurge com a idéia de que o Estado não seria o órgão central e único de poder, mas procura estudá-lo de forma ascendente, não como uma dominação global e centralizada que se pluraliza, se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como tendo existência própria e formas mais superficiais. O poder “é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado”^(7:248).

Em Foucault o poder não é algo unitário e global, uma coisa; é uma prática social construída historicamente, não estando localizado em nenhum ponto específico da estrutura social. Funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos que a nada escapam por não existir limites ou fronteiras, o poder é algo que se exerce, funciona e se efetua nas relações.

Esse caráter relacional do poder implica em lutas contra seu exercício (resistências), o que o torna forte, produtivo e transformador⁽⁵⁾. Nessa nova concepção de poder, o saber aparece como condição imprescindível para o seu exercício, pois “não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder”^(5:XXI).

O movimento que aparece atrelado às relações de poder é o da liberdade, uma vez que o poder só se exerce entre sujeitos livres, entendendo-se por isso como um campo de possibilidades onde diversas condutas, reações e formas de comportamento/ ações podem se desenvolver, ou seja, existe uma subjetividade dos sujeitos envolvidos nessa relação, uma responsabilidade pela manutenção ou resistência ao poder.

Com essa nova concepção de poder Foucault vai buscar em seus estudos não mais descobrir qual é o tipo de poder que age do exterior para a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é o seu regime interior de poder (política de verdade, não no sentido de saber qual a verdade, mas o que funciona como verdade na prática ou

que em certos momentos ele se modifica de forma global. É nessa análise do porquê dos saberes, que pretende explicar sua existência e transformações situando-o como peça de relações de poder ou incluindo-o em um dispositivo político – análise genealógica.

A análise genealógica do poder produziu um importante deslocamento com relação à ciência política, que limitava ao Estado a forma fundamental de investigação sobre o poder. A esse deslocamento do espaço de análise quanto ao nível em que esta se efetua (do macro - Estado para micro, de dentro às extremidades) Foucault chamou de microfísica do poder. A investigação do poder em suas extremidades se realiza a partir de suas formas locais, por meio de um controle minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos.

Com um novo olhar sobre as relações de poder Foucault procurou outra forma de análise que tentava contrapor a análise jurídica ou mesmo desviar-se dela ao propor as seguintes precauções metodológicas^(8:182-6).

Não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro, no que passam ser seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes, mas sim, de captar o poder em suas extremidades/capilaridades; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam para penetrar nas instituições onde as técnicas e instrumentos de intervenção se corporificam.

Não analisar o poder no plano da intenção ou decisão, mas, estudá-lo na sua forma externa, onde ele se relaciona com seu campo de aplicação, se implanta e produz efeitos reais. Tentar saber como foram constituídos os súditos.

Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo, grupo ou classe sobre a outra. O poder deve ser analisado como algo que circula, que funciona e se exerce como rede, que se aplica a indivíduos e como tal torna-se um efeito e o centro de transmissão do poder.

Não fazer uma dedução do poder partindo do centro para os seus prolongamentos mais baixos. Deve-se antes fazer uma análise ascendente do poder, ou seja, analisar a maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos do poder atuam nos níveis mais baixos; como se deslocam, se expandem, se modificam; mas, sobretudo como são investidos e anexados por fenômenos mais globais.

Os poderes foram acompanhados de produção de saberes: métodos de observação, registros, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Isto significa que o poder para organizar-se é obrigado a formar e por em circulação um saber, que na perspectiva de Foucault não são construções ideológicas.

Nessa perspectiva a genealogia evita a profundidade, busca a superfície dos acontecimentos, os mínimos detalhes, as menores mudanças e os contornos sutis. O genealogista estuda o surgimento de um campo de batalha que define e esclarece um espaço, escreve a história efetiva, aceita o fato de que não somos nada além da nossa história, tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica.

O método genealógico foucaultiano é interpretativo, mas não hermenêutico. A compreensão interpretativa só pode advir de alguém que compartilha do envolvimento do ator, mas dele se afasta. Antes de construir uma teoria geral da produção, ao contrário, ele nos oferece uma analítica interpretativa de nosso cotidiano.

A genealogia foucaultiana se caracteriza por atribuir ao saber-poder uma função positiva, indo de encontro ao mito platônico de que o acesso ao conhecimento verdadeiro nada deve à benevolência dos governantes. Foi esse mito que no entender de Foucault começou a mostrar que por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta de

lucura e a doença a partir das práticas sociais e médicas, definindo um certo perfil de normalização; problematiza a vida, a linguagem, o crime e o comportamento criminoso a partir de certas práticas punitivas que obedecem a um modelo disciplinar.

A grande contribuição do trabalho de Foucault foi sem dúvida nos instigar a desvelar e compreender como determinadas verdades são instituídas em diversos campos de saber, não só da história, medicina, política e economia, e como estas verdades cristalizadas nos ofuscam e até mesmo nos impedem de olhar o nosso cotidiano e de produzir novos questionamentos.

4 Qual a perspectiva de um trabalho com este olhar para a saúde e a enfermagem?

Os estudos foucaultianos abrem uma perspectiva de análise profícua na saúde e na enfermagem, na medida em que sua base teórica nos permite uma apreciação das relações de poder operantes nos serviços e ações de saúde institucionalizadas.

O Renascimento constitui-se um momento de ruptura importante para a explicação dos fenômenos que acontecem com a natureza, o homem e o cuidado com a saúde. Essa ruptura é descrita a partir de dois eixos importantes que são o nascimento da clínica e do hospital⁽⁹⁾.

A clínica se caracteriza como especialidade do saber ao se tornar um campo nosológico estruturado, quando a doença passa a ser encarada como ente, organizando verdades já conhecidas e instruindo professores e alunos, ou seja, servindo também como prova de um saber confirmado pelo tempo (evolução da doença). Dessa organização de discurso a clínica passa a ocupar, nos últimos anos do século XVIII, o espaço hospitalar.

Com a inserção da clínica no hospital, esta se transforma em pedagogia e seu desenvolvimento passa a dar uma nova disposição aos objetos de saber – o olhar do médico não somente constata, mas descobre, nomeia e classifica a doença. Nesse contexto o hospital, considerado até então como “asilo de pobres” ou local para “salvação das almas”, passa a ser a grande escola que, financiada pelos ricos, atende pobres e transforma seu sofrimento em saber útil aos ricos.

A transformação do hospital e sua reorganização se dão por meio de uma tecnologia política – a disciplina. Com esse mecanismo o hospital passa a ser local de registro, acúmulo e formação de saber onde indivíduo se constitui em objeto de saber e alvo da intervenção médica durante o século XVIII. Entretanto, no final desse mesmo século aparece uma nova tecnologia disciplinar que se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem ser vivo na medida em que se forma uma massa global, afetada por processos próprios da vida como nascimento, morte, produção e doença, ou seja, uma transposição da anatomia política do corpo humano para uma biopolítica da espécie humana.

A biopolítica não se preocupa simplesmente com a fecundidade e morbidade de forma individual, mas com as endemias, ou seja, com a forma, natureza, extensão, duração e intensidade das doenças reinantes numa população, volta-se também para um conjunto de fenômenos que são universais ou acidentais, tais como o problema da velhice, do indivíduo que cai para fora do campo de capacidade, de atividade, bem como, os acidentes, as enfermidades, as anomalias diversas, introduzindo não somente instituições de assistência mas mecanismos sutis, racionais de seguros, de seguridade e poupança individual e coletiva^(10:290-1). No século XIX a preocupação com os seres humanos se dá na relação com o meio geográfico, climático, hidrográfico, das epidemias ligadas à existência dos pantanos, na medida em que não é um meio

natural para se viver, com reconhecidas reconstruções na saúde

Talvez possamos destacar que, ao demonstrar que as práticas estabelecidas em saúde emergem de uma rede de relações de poder e interesses, Foucault nos dá a possibilidade de repensar o que fazemos (muitas vezes de forma automática) e de nos responsabilizarmos pelo acontecer histórico que construímos enquanto sujeitos.

Na enfermagem, podemos identificar a partir do catálogo do Centro de Estudos e Pesquisas em Enfermagem – CEPE⁽¹¹⁾ trabalhos que utilizam o referencial foucaultiano para análise de seus objetos de estudo. Dentre eles destacam-se: - a utilização de uma visão microfísica do poder na busca por apreender, da prática diária dos enfermeiros no hospital, elementos que poderiam colaborar para uma submissão das enfermeiras à figura do médico⁽¹²⁾; - a utilização do instrumental teórico foucaultiano para analisar a reforma Carlos Chagas na sociedade brasileira dos anos 20⁽¹³⁾; - a busca por clarificar como se dá o processo de formação disciplinar das enfermeiras, descrevendo as técnicas/táticas disciplinares presentes na formação discursiva deste processo⁽¹⁴⁾; - a discussão das relações de poder que se estabelecem entre os profissionais de saúde e os diabéticos atendidos em um ambulatório especializado⁽¹⁵⁾; - a investigação sobre a construção da identidade da enfermeira no contexto hospitalar a partir do significado da hierarquia, das relações de poder, das questões de gênero e os limites que a organização hospitalar inscrevem na subjetividade da enfermeira⁽¹⁶⁾; - a busca por respostas a como se dá a governabilidade na enfermagem, focalizando as fronteiras entre o cuidado de si, como tecnologia do eu, próprio do pensamento grego e o poder pastoral⁽¹⁷⁾; - a problematização do cuidado de si como exercício estratégico do enfermeiro enquanto trabalhador responsável pelo cuidado do outro⁽¹⁸⁾; - a problematização do controle social requerido pela Reforma Sanitária Brasileira a respeito da construção de uma subjetividade medicalizada em saúde e demais instâncias sociais sobre o indivíduo⁽¹⁹⁾; - e a reconstrução da história da enfermagem num hospital de Florianópolis, no período de 1953 a 1968, ao desvendar o tipo de assistência aí prestada, as relações de poder que se estabeleceram e as transformações que aí tiveram início⁽²⁰⁾.

Obviamente que tais indicações não esgotam a totalidade de estudos de enfermeiras utilizando o referencial foucaultiano, mas apresentam ilustrações exemplares sobre a produtividade de tal contribuição nesta área.

Assim, poderíamos problematizar outras situações vivenciadas no cotidiano da enfermagem que se apresentam como possibilidades de investigação apropriadas ao uso do referencial foucaultiano. Dentre tais temáticas pontuamos: a) as relações entre sujeitos e como se constituem no interior de tais relações, tanto no âmbito dos profissionais ou dos profissionais com a clientela; b) Instituições e práticas a nível individual e coletivo (biopoder); c) história de diferentes saberes e tecnologias na saúde; d) as conformações de diferentes sujeitos em movimentos hegemônico e contra hegemônicos na constituição de saberes e práticas (poder e resistência); e) as diferentes modalidades de disciplinarização e normalização de saberes, inclusive as relações entre o conhecimento popular e científico.

Como se pode observar o referencial foucaultiano aponta um novo olhar para os diversos campos de atuação da enfermagem, seja no âmbito Institucional, das Políticas Públicas, Reforma Sanitária e Formação Profissional, na tentativa de entender que estratégias, lutas, saberes, e práticas têm influenciado na construção dos sujeitos; pelo delineamento de técnicas que possibilitam a ampliação dos espaços de autonomia do cliente e da enfermagem, na busca por um agir ético, entendido como ação resultante da decisão e vontade autônomas, reafirmando assim, a circularidade do poder que

Referências

1. Silva AL, Ramos FRS. As linhas epistemológicas do conhecimento científico. In: Anais do 11º Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem [CD-ROM]; 2001 abr 27-30; Belém (PA), Brasil. Belém (PA): ABEn; 2001.
2. Mendes IAC. Pesquisa em Enfermagem: impacto na prática. São Paulo: EDUSP; 1991. 153 p. il.
3. Foucault M. A arqueologia do saber. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; 2002. 239 p.
4. Dreyfus HL, Rabinow P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 1995. 299 p. (Coleção campo teórico).
5. Machado. R. Por uma genealogia do poder. In: Foucault M. A microfísica do poder. 15ª ed. Rio de Janeiro: Graal; 2000. 295 p. p. vii- xxiii. (Biblioteca de filosofia e história das ciências; vol 7).
6. Foucault M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: Foucault M. A microfísica do poder. 15ª ed. Rio de Janeiro: Graal; 2000. 295 p. p. 15-37. (Biblioteca de filosofia e história das ciências; vol 7).
7. Foucault M. Sobre a história da sexualidade. In: Foucault M. A microfísica do poder. 15ª ed. Rio de Janeiro: Graal; 2000. 295 p. p. 243-276. (Biblioteca de filosofia e história das ciências; vol 7).
8. Foucault M. Soberania e disciplina. In: Foucault M. A microfísica do poder. 15ª ed. Rio de Janeiro: Graal; 2000. 295 p. p. 179-191. (Biblioteca de filosofia e história das ciências; vol 7).
9. Foucault M. O nascimento da clínica. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2001. 241 p.
10. Foucault M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes; 1999. 382 p. (Coleção tópicos).
11. Associação Brasileira de Enfermagem. Informações sobre pesquisas e pesquisadores em enfermagem. Brasília (DF): ABEn; 2001. vol. 19. 585 p.
12. Miranda CML. Os doce(i)s corpos do hospital: as enfermeiras e o poder institucional na estrutura hospitalar [dissertação de mestrado em Ciências Sociais]. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1987. 138 f.
13. Rossi MJS. Espaço, poder e saúde: a reforma Carlos Chagas [tese de Livre Docência] Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade do Rio de Janeiro; 1991. 471 f.
14. Lunardi VL. Fios visíveis/invisíveis no processo educativo de (des)construção do sujeito enfermeira [dissertação de Mestrado]. Porto Alegre (RS): Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 1994. 270 f.
15. Sabóia VM. A mão dupla do poder: a enfermeira e os idosos no grupo dos diabéticos do HUAP-UFF [dissertação de Mestrado em Enfermagem]. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1995. 105 f.
16. Fabbro MRC. Processo de formação de identidade da enfermeira: trabalho e poder no contexto hospitalar [dissertação de Mestrado em Educação]. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas; 1996. 266 f. il.
17. Lunardi VL. Do poder pastoral ao cuidado de si: a governabilidade na enfermagem [tese de Doutorado]. Florianópolis (SC): Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina; 1997. 279 f.
18. Costa ALRC. O cuidado como trabalho e o cuidado de si no trabalho de enfermagem [dissertação de Mestrado]. Florianópolis (SC): Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina; 1998. [142 f.].
19. Wendhausen A. Micropoderes no cotidiano de um Conselho de Saúde [tese de Doutorado]. Florianópolis (SC): Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina; 1999. 242 f.
20. Borenstein MS. Relações de poder num hospital de caridade: uma visão foucaultiana. Pelotas (RS): Editora Universitária/UFPel; 2000. 195 p.